



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA N.º 79/X/4.^a

Aos três dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e nove reuniu, pelas quinze horas e vinte minutos, na sala quatro, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação da Acta n.º 78;
2. Apreciação do Relatório Final da **Petição n.º 222/X/2^a** - *Solicita à Assembleia da República a produção de legislação que proteja os trabalhadores do sector bancário, unificando, nomeadamente, o respectivo regime de segurança social ao regime geral* - Deputado Relator: Maria José Gamboa (PS);
3. Apreciação do Relatório de Audiência concedida pelo Grupo de Trabalho das Audiências à Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom;
4. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 568/X (CDS-PP)** - *Altera o regime jurídico do voluntariado em matéria de competências do Conselho Nacional para a promoção do voluntariado* - Deputado autor do parecer: Mariana Aiveca (BE);
5. Apreciação da Redacção final da **Proposta de Lei n.º 223/X (GOV)**, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e a Directiva n.º 2006/100/CE do Conselho, de 20 de Novembro de 2006, que adapta determinadas directivas no domínio da livre circulação de pessoas, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia;
6. Nomeação de Deputado autor de parecer para as seguintes iniciativas:
Projecto de Lei n.º 650/X (PCP) - *Estabelece o regime de segurança social dos trabalhadores das artes do espectáculo* (PS);
Projecto de Lei n.º 653/X (BE) - *Criação de um esquema de protecção social, em condições especiais, a atribuir às pessoas que sofrem de Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA)* (PS);
7. Apreciação do **Projecto de Resolução n.º 291/X (PCP)** - *Cria um plano de emergência social no distrito do Porto*;



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

8. Outros Assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), que presidiu à reunião, começou por submeter à votação a Acta número setenta e oito, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

No segundo ponto da Ordem de Trabalhos a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) apresentou de forma sucinta o relatório final da Petição n.º 222/X/2.^a, em que o peticionário solicita à Assembleia da República a produção de legislação que proteja os trabalhadores do sector bancário, unificando, nomeadamente, o respectivo regime de segurança social ao regime geral, concluindo pelo seu arquivamento, com conhecimento ao peticionário, considerando, designadamente, que, no dia 23 de Dezembro de 2008, o Governo aprovou legislação que *«determina as condições de abrangência do regime geral de segurança social aos trabalhadores que venham a ser contratados pelas instituições bancárias»*. Submetido à votação, foi o relatório final aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

No terceiro ponto da Ordem de Trabalhos foi apreciado o relatório da audiência concedida à Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom, no passado dia 28 de Janeiro, tendo sido aprovadas por consenso as diligências sugeridas no sentido de serem pedidos esclarecimentos aos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao Instituto do Emprego e Formação Profissional e à Autoridade para as Condições do Trabalho.

A este respeito, a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) declarou que a temática trazida pelos representantes da Comissão de Trabalhadores da PT é problemática porque os estágios não se enquadram na legislação em vigor. Porém, o que a deixou ainda mais preocupada é o facto de todos os estagiários desempenharem as mesmas funções dos trabalhadores efectivos, o que faz pensar em utilização de mão-de-obra barata, reforçando a ideia de que, com estas considerações, não se pretende prejudicar os estagiários.

Também o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) esclareceu que o seu grupo parlamentar tinha apresentado uma pergunta escrita ao Governo sobre aquela matéria,



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

reportando-se à utilização abusiva da figura do estágio, por lhe suscitar dúvidas a adopção daquele mecanismo, indiciador de uma precariedade extrema dos trabalhadores.

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) apresentou de forma sucinta o parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 568/X (CDS-PP). De seguida, foram submetidas à votação, nos termos regimentais, as partes I (considerandos) e III (conclusões), tendo sido aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP. O Senhor Presidente informou que, apesar de o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) não ter podido estar presente naquela reunião, enquanto autor do Projecto de Lei agora relatado, teria votado favoravelmente o parecer.

No quinto ponto da Ordem de Trabalhos, foi aprovada, sem votos contra, a redacção final da Proposta de Lei n.º 223/X (GOV), e aceites as sugestões de redacção apresentadas na respectiva informação pela DAPLEN (Divisão de Apoio ao Plenário).

No sexto ponto da Ordem de Trabalhos a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) disse que indicaria posteriormente os Deputados autores do parecer dos Projectos de Lei n.ºs 650/X/4.^a (PCP) e 653/X/4.^a (BE).

No sétimo ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) apresentou um requerimento de adiamento da discussão do Projecto de Resolução n.º 291/X (PCP) – Cria um plano de emergência social no distrito do Porto para a próxima reunião da Comissão, explicando que a Senhora Deputada Isabel Santos (PS), que tinha ficado responsável por essa matéria, não poderia estar presente naquela reunião.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) considerou que, com aquele adiamento, se estava a abrir um grave precedente comprometendo-se o trabalho de um grupo parlamentar, que se organizou e preparou devidamente para aquela discussão, por causa da ausência de uma Deputada. Esclareceu que aquele agendamento tinha sido feito pelo Senhor Presidente mas que, apesar de o PCP não o ter proposto, a partir do momento em que foi colocado na Ordem de Trabalhos, o seu Grupo Parlamentar se tinha organizado em conformidade. A finalizar, insinuou que talvez a estratégia do PS para o adiamento proposto passasse pela necessidade de ganhar tempo em ordem a ser encontrada, na próxima semana, uma solução para a situação social vivida no distrito do Porto, o que foi imediatamente negado pela Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS).



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Submetido à votação o requerimento apresentado pelo PS de adiamento da discussão na Comissão do Projecto de Resolução n.º 291/X (PCP), foi o mesmo aprovado, com votos a favor do PS, votos contra do PCP e do BE e a abstenção do PSD.

No último ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente começou por informar que a CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género) tinha remetido algumas agendas, que se punham à disposição dos Senhores Deputados. Prosseguiu referindo ao ponto da situação das petições, tema que também seria abordado na reunião do dia seguinte da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, pelo que lançava, mais uma vez, um apelo aos Deputados relatores para que fizessem um esforço no sentido de concluírem as petições que estavam nessas condições.

Por último, informou que no dia seguinte, pelas 10 horas, teria lugar uma audição conjunta da 8.ª e 11.ª Comissões relativa, a respeito, por um lado, do reconhecimento do grau de licenciatura pós-Bolonha e, por outro lado, da atribuição de título profissional. Disse que estarão presentes em representação da 11.ª Comissão os coordenadores dos Grupos Parlamentares com assento na Comissão e, da 8ª Comissão, o Grupo de Trabalho do Ensino Superior, cujo Coordenador, Deputado Manuel Mota presidirá à audição, estando confirmada a presença das seguintes entidades:

- Ordem dos Engenheiros (S. Exa. o Bastonário Eng. Fernando Santo, e os Vice-Presidentes, Prof. Eng. Sebastião Feyo de Azevedo e Eng. Victor Gonçalves de Brito);
- Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos (Senhor Presidente, Eng. Técnico Augusto Ferreira Guedes; Vice-Presidente, Eng. Técnico António Lousada; presidente do Conselho da Profissão, Eng. Técnico Hélder Pita; Presidente da Secção Regional do Sul, Eng. Técnico Orlando Barbosa);
- Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado (Reitor da Universidade Lusíada, Prof. Doutor Diamantino Durão e Reitor do INUAF de Loulé, Prof. Doutor Ventura Mello Sampayo)
- Sindicato Português dos Engenheiros Graduados na União Europeia (Presidente da Direcção, Eng. José Lima Barbosa e Director, Eng. José Manuel Teixeira) e
- Federação Académica do Porto (Presidente, Filipe Almeida e Vice-Presidente, Ricardo Rocha).



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Senhor Presidente da Comissão encerrou a reunião às dezasseis horas e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de Fevereiro de 2009.

O PRESIDENTE,

Alberto Arons de Carvalho



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Alberto Arons de Carvalho
Arménio Santos
Costa Amorim
Custódia Fernandes
Esmeralda Salero Ramires
Isabel Coutinho
Jorge Machado
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Miguel Queiroz
Miguel Santos
Pedro Quartin Graça
Ana Manso
Teresa Moraes Sarmento

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos
Jorge Strecht
Maria Cidália Faustino

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Helena Oliveira
Pedro Mota Soares